

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas da Intermediação Financeira	73.967.441	34.986.088	79.563.473	39.590.982
Operações de Crédito	28.009.033	20.073.183	34.491.929	26.270.470
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	156.260	171.076
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a 50.573.998	13.165.460	49.202.392	11.572.815
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	518.129	(3.026.391)	711.669	(3.290.429)
Resultado de Operações com Câmbio	(6.145.592)	2.758.692	(6.017.339)	2.838.703
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.011.873	2.015.144	1.018.562	2.028.347
Despesas da Intermediação Financeira	(77.610.921)	(20.825.972)	(79.909.105)	(21.867.716)
Operações de Captação no Mercado	17.b (40.619.135)	(14.124.656)	(41.193.858)	(14.050.577)
Operações de Empréstimos e Repasses	(27.328.721)	(1.481.904)	(27.347.015)	(1.426.854)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(1.005.682)	(17.383)	(1.005.631)	(31.691)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e (8.657.383)	(5.202.029)	(10.362.601)	(6.358.594)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(3.643.480)	14.160.116	(345.632)	17.723.266
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.782.437)	(4.017.667)	(6.120.713)	(6.345.880)
Receitas de Prestação de Serviços	23 4.494.803	5.041.572	6.127.134	6.667.723
Rendas de Tarifas Bancárias	23 2.162.490	2.169.623	2.457.211	2.483.927
Despesas de Pessoal	24 (3.142.349)	(3.285.744)	(3.621.626)	(3.737.443)
Outras Despesas Administrativas	25 (5.279.853)	(4.942.522)	(6.133.482)	(5.818.051)
Despesas Tributárias	11.d (719.006)	(1.592.902)	(1.294.924)	(2.326.059)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14 1.822.223	1.609.047	9.548	21.720
Outras Receitas Operacionais	26 2.533.231	1.224.982	3.178.973	1.625.997
Outras Despesas Operacionais	27 (5.453.976)	(4.241.723)	(6.843.547)	(5.263.694)
Resultado Operacional	(7.425.917)	10.142.449	(6.466.345)	11.377.386
Resultado não Operacional	28 230.830	14.596	236.583	(111.382)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(7.195.087)	10.157.045	(6.229.762)	11.266.004
Imposto de Renda e Contribuição Social	11 14.018.215	(2.443.720)	(13.065.872)	(3.336.392)
Provisão para Imposto de Renda	(373.844)	(1.279.541)	(1.126.484)	(2.115.525)
Provisão para Contribuição Social	(27.320.740)	(769.665)	(744.220)	(1.151.350)
Ativo Fiscal Diferido	14.719.099	(394.514)	14.936.576	(69.517)
Participações no Lucro	(880.250)	(841.678)	(963.508)	(925.262)
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e -	-	(73.040)	(179.178)
Lucro Líquido	5.942.878	6.871.647	5.799.562	6.825.172
Número de Ações (Mil)	21.a 7.498.531	7.468.079	7.498.531	7.468.079
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)	792,54	920,14	772,54	920,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas da Intermediação Financeira	73.967.441	34.986.088	79.563.473	39.590.982
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23 6.657.293	7.211.195	8.584.345	9.151.650
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f (8.657.383)	(5.202.029)	(10.362.601)	(6.358.594)
Outras Receitas e Despesas	11.127.747	(3.002.145)	10.741.886	(3.755.859)
Despesas da Intermediação Financeira	(68.953.538)	(15.623.943)	(69.546.504)	(15.509.122)
Insumos de Terceiros	(3.627.068)	(3.484.391)	(4.217.331)	(4.073.502)
Material, Energia e Outros	(139.471)	(129.815)	(146.489)	(134.506)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25 (883.218)	(920.319)	(1.171.919)	(1.161.527)
Outros	(2.604.379)	(2.434.257)	(2.898.923)	(2.777.469)
Valor Adicionado Bruto	10.514.492	14.884.775	14.763.268	19.045.555
Retenções	25 (1.257.520)	(1.078.880)	(1.512.014)	(1.351.054)
Depreciações e Amortizações	9.256.972	13.805.895	13.251.254	17.694.501
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14 1.822.223	1.609.047	9.548	21.720
Valor Adicionado Total a Distribuir	11.079.195	15.414.942	13.260.802	17.716.221
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	3.614.803	32,6%	3.792.723	24,6%
Remuneração	24 1.826.713	1,912.978	2.066.652	2.159.757
Benefícios	24 631.309	664.550	724.363	750.843
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	144.814	245.484	175.481	212.713
Outras	1.011.967	969.711	1.139.153	1.141.769
Impostos, Taxas e Contribuições	1.126.249	10,2%	4.371.321	28,4%
Federais	798.860	4.031.373	2.449.589	5.432.736
Estaduais	166	258	235	299
Municipais	327.223	339.690	409.675	620.259
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25 395.265	3,6%	379.251	2,5%
Remuneração de Capitais Próprios	5.942.878	53,6%	6.871.647	44,5%
Juros sobre o Capital Próprio	21.b 890.000	2.000.000	890.000	1.000.000
Reinvestimentos de Lucros	5.052.878	4.871.647	5.074.557	6.183.528
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.f -	-	(73.040)	(179.178)
Total	11.079.195	100,0%	15.414.942	100,0%
			13.260.802	100,0%
			17.716.221	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Lucro Líquido do Período	5.942.878	6.871.647	5.799.562	6.825.172
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(797.140)	1.424.503	(802.253)	1.428.372
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(658.290)	1.548.437	(663.403)	1.552.306
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.536.565)	2.592.818	(1.541.918)	2.596.687
Imposto de Renda	878.275	(1.044.381)	878.515	(1.044.381)
Hedge de Fluxo de Caixa	(138.850)	(123.934)	(138.850)	(123.934)
Hedge de Fluxo de Caixa	99.414	(76.893)	99.414	(76.116)
Imposto de Renda	(238.264)	(47.899)	(238.264)	(45.818)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	679.503	(801.684)	679.503	(801.684)
Plano de Benefícios	679.503	(801.684)	679.503	(801.684)
Plano de Benefícios	1.278.431	(1.305.655)	1.278.431	(1.305.655)
Imposto de Renda	(598.928)	503.971	(598.928)	503.971
Resultado Abrangente do Período	5.825.241	7.494.466	5.676.812	7.451.860

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atividades Operacionais	5.942.878	6.871.647	5.799.562	6.825.172
Lucro Líquido	5.942.878	6.871.647	5.799.562	6.825.172
Ajustes ao Lucro Líquido	2.692.700	4.741.423	2.692.700	4.741.423
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e 20.c 693.936	5.202.029	10.362.601	6.358.594
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	-	885.513	788.593	989.409
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c 198.219	249.482	229.162	304.253
Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos	11.a & b (13.232.363)	(67.736)	(13.391.622)	(329.233)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14 (1.822.223)	(1.609.047)	(9.548)	(21.720)
Depreciações e Amortizações	25 1.257.520	1.078.880	1.512.014	1.351.054
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	28 (10.660)	1.714	(20.408)	119.930
Resultado na Alienação de Valores e Bens	28 (30.607)	(6.573)	(21.150)	(1.111)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	28 -	135	-	135
Resultado na alienação de Investimentos	28 (168.588)	-	(168.588)	(4.369)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	27 22.140	(25.482)	22.140	(25.482)
Atualização de Depósitos Judiciais	26 (194.100)	(287.940)	(222.440)	(330.032)
Atualização de Impostos a Compensar	26 (104.250)	(34.525)	(121.134)	(52.685)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-	7.952	2.432	7.952
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	7.437.463	(704.062)	7.437.463	(704.062)
Outros	(43.907)	51.093	(106.811)	167.452
Variações em Ativos e Passivos	21.026.605	(2.720.863)	29.540.068	(5.028.894)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(15.026.083)	8.808.901	(686.774)	10.614.238
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(35.949.907)	(2.580.253)	(37.638.082)	(2.929.688)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	(44.489.416)	(14.563.468)	(45.910.563)	(19.078.046)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	12.237.319	(4.738.229)	11.521.685	(4.754.793)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(50.393.080)	(18.111.539)	(48.195.538)	(21.752.667)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	(279.893)	166.065	(253.431)	158.640
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	(3.253.311)	244.404	(2.027.289)	3.874.250
Aumento (Redução) em Depósitos	87.045.960	12.924.073	85.133.217	16.183.275
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	1.254.931	(29.573.142)	979.231	(29.303.735)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.057.076	15.689.628	6.589.628	14.997.468
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	62.854.894	29.782.927	60.036.725	28.857.768
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(31.885)	-	190.666	(57.264)
Imposto Pago	-	(737.903)	-	(1.836.337)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	29.631.885	8.892.207	41.641.274	9.628.363
Atividades de Investimento	14 (385.100)	(705.999)	(6.000)	(12.913)
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-	(130)	-	(130)
Aquisição de Investimentos	(506.672)	(670.106)	(596.703)	(943.473)
Aplicações no Intangível	(474.226)	(563.077)	(804.719)	(641.861)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos	266.100	-	171.220	4.800
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	(1.600.000)	(1.291.630)	(1.600.000)	(1.291.630)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	255.038	284.554	270.325	296.277
Alienação de Bens não de Uso Próprio	58.190	60.114	60.114	60.114
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	288.274	1.136.676	152.761	52.807
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	(2.099.276)	(1.795.294)	(2.353.132)	(2.500.937)
Atividades de Financiamento	21.d (111.373)	(151.848)	(111.373)	(151.848)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo	46.892.014	29.246.867	36.662.956	30.590.729
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	(49.038.353)	(26.234.584)	(49.038.353)	(29.402.237)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas	-	(9.924.747)	-	(9.924.747)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(436.407)	(328.892)	(436.407)	(328.892)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(8.360.113)	(5.188.878)	(8.425.919)	(5.317.302)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários	-	-	-	(277.510)
Aumento de Capital em Sociedades Controladas Realizadas por Participações Minoritárias	14 (11.054.232)	(12.582.082)	(21.349.096)	(10.000)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento	(11.054.232)	(12.582.082)	(21.349.096)	(12.716.913)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.432)	(7.952)	(2.432)	<

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Table with 5 columns: Investimentos, Ramo de Atividade, Ações Ordinárias e Cotas, Ações Preferenciais, Participação Direta, Participação Consolidada. Rows include Esfera Fidelidade S.A., Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., etc.

Table with 5 columns: Investimentos, Ramo de Atividade, Ações Ordinárias e Cotas, Ações Preferenciais, Participação Direta, Participação Consolidada. Rows include Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A., Ipanema Empreendimentos e Participações S.A., etc.

Table with 5 columns: Investimentos, Ramo de Atividade, Ações Ordinárias e Cotas, Ações Preferenciais, Participação Direta, Participação Consolidada. Rows include Santander Corretora de Seguros, Webmotors S.A., TecBan - Tecnologia Bancária S.A., etc.

b.2) Fundos de Investimentos Consolidados
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, por rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional
Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda;
III - títulos mantidos até o vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos
De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um instrumento líquido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados. Não temos operações de hedge de investimento embutido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

A) Requisitos Mínimos de Apresentação de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)
No processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:
a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2011;

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.
Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, TFCB e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.
Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 hierarquia de valor justo se os preços são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo desses instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.
Os instrumentos financeiros do Banco avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e para instrumentos idênticos (nível 1) ou tem sua precificação derivada de inputs observáveis como importante referência (nível 2). Para os instrumentos financeiros não-mensurados pelo seu valor justo, não há diferenças significativas entre este e o valor contábil pelo qual estão registrados.

l) Ativos Não-Correntes para Venda de Outros Valores e Bens
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em recatas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentarem atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As operações de retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, e expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

k) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.
As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
l.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participação nas coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.
l.2) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível
O acivo na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.
Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de softwares são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização
As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).
Provisões Técnicas de Previdência
As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:
• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)
O PMBaC são constituídas a partir das contribuições efetuadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.
• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização
As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:
• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no contrato de capitalização, acrescida a partir das contribuições efetuadas através da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TRB).
• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
• Provisão de sorteios administrativos tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegerem e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definido
O plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 31. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.
Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
O reconhecimento de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolso-la por benefícios já pagos a empregados.

Os ganhos ou perdas atuariais no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 29) e despesas de pessoal (Nota 24).

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes do Grupo; e (3) condições de mercado. Uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.
Liquidação em Ações
O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital a longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro
Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer o valor justo do passivo em contrapartida as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridos ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações
Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos dois anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANE11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano. O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.
O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos
Os instrumentos financeiros passivos não reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.7).
Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).
O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).
De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser classificados em função da natureza do ativo ou passivo reconhecido, e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero. O detalhamento referente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.
q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas, reduzidas ou anuladas em função de alterações de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda, da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e no opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impretadas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,0%) são calculados sobre os recursos da atividade ou objeto da atividade em questão. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.
s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à duração de futuros tributários futuros. As despesas de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim comprovarem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

As estimativas e pressões críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, e instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:
 - (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;
 - (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
 - (ii) recomprar ações (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
 - (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
 - (iv) aumentar qualquer remuneração, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;
- Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de desdobramento futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020. Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Resultados de Exercícios Anteros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco		
	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	24.726.697	11.352.459	11.352.459
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.107.129	9.543.649	14.496.489
Aplicações no Mercado Aberto	12.744.453	110.746	4.925.769
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.062.210	1.465.065	1.702.653
Aplicações em Moedas Estrangeiras	3.300.466	10.301.972	7.868.067
Total	37.897.377	21.421.432	25.854.948

	Consolidado		
	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	22.654.686	9.924.644	11.870.112
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.725.591	11.519.019	13.656.870
Aplicações no Mercado Aberto	12.744.453	110.746	4.925.769
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	679.822	1.105.446	862.449
Aplicações em Moedas Estrangeiras	3.301.316	10.302.827	7.868.652
Total	39.380.277	21.443.663	25.285.982

Aplicações no Mercado Aberto

	Banco		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Posição Bancada	3.639.593	16.266.072	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.930	-	10.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.805.192	-	1.805.192
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.819.471	-	810.925
Posição Financiada	11.480.987	5.850.231	17.331.218
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.069.321	1.463.384	457.427
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.411.666	4.396.847	8.554.276
Posição Vendida	9.606.117	10.435.841	20.041.958
Letras do Tesouro Nacional - LTN	115.913	2.314.246	2.906.634
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.490.204	8.121.595	15.963.803
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.053.643	45.970.618	32.847.463
Aplicações em Moedas Estrangeiras	3.300.466	-	3.300.466
Total	41.080.806	62.256.690	32.847.463

	Banco		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Posição Bancada	3.643.768	16.266.072	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	19.105	-	10.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.531.523	-	1.531.523
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.093.140	-	810.925
Posição Financiada	11.480.987	5.850.231	17.331.218
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.069.321	1.463.384	457.427
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.411.666	4.396.847	8.554.276
Posição Vendida	9.606.117	10.435.841	20.041.958
Letras do Tesouro Nacional - LTN	115.913	2.314.246	2.906.634
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.490.204	8.121.595	15.963.803
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.013.576	3.292.632	647.728
Aplicações em Moedas Estrangeiras	3.301.316	-	3.301.316
Total	29.045.764	19.578.704	647.728

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco		
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Títulos Disponíveis para Venda	98.894.890	1.800.629	4.657.448
Títulos Públicos	98.894.890	1.800.629	4.657.448
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.070	-	166
Crédito Securitizado	632	-	36
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.514.534	-	150
Letras do Tesouro Nacional - LTN	32.606.879	443.041	680.413
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	43.073.580	1.357.588	3.934.217
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.915.718	-	42.466
C-bonds	782.477	-	782.477
Títulos Privados	29.861.099	40.355	548.942
Ações	320	(268)	-
Cotas de Fundos de Investimento	2.212.533	-	2.212.533
Debêntures (1)	12.277.516	40.623	370.403
Notas Promissórias - NP	5.455.232	-	58.135
Letras Financeiras - LF	452.672	-	8.022
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	20.400	-	226
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	33.246	-	(2.056)
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.339.028	-	70.938
Cédula de Produto Rural - CPR	6.070.152	-	43.226
Total	128.755.989	1.840.984	5.206.390

	Banco		
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Títulos Disponíveis para Venda	105.734.614	1.800.629	4.519.466
Títulos Públicos	105.734.614	1.800.629	4.519.466
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.070	-	166
Crédito Securitizado	632	-	36
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.582.218	-	419
Letras do Tesouro Nacional - LTN (2)	34.504.825	443.041	592.249
Notas do Tesouro Nacional - NTN	45.947.674	1.357.588	3.884.130
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.915.718	-	42.466
C-bonds	782.477	-	782.477
Títulos Privados	28.402.137	40.355	549.056
Ações	66.032	(268)	-
Cotas de Fundos de Investimento	938.531	-	938.531
Cotas de Fundos Imobiliários	43.850	-	114
Debêntures (1)	11.981.024	40.623	370.403
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.339.028	-	70.938
Notas Promissórias - NP	5.455.230	-	58.135
Letras Financeiras - LF	452.672	-	8.022
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	20.400	-	226
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	33.246	-	(2.056)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.972	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	6.070.152	-	43.226
Total	134.136.751	1.840.984	5.068.522

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e RS247.704 (31/12/2019 - RS262.027) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 30 de junho de 2020, a quantidade de 1.040.000 no valor de R\$1.710.020 (31/12/2019 - 1.040.000 no valor de R\$1.229.297) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco/Consolidado		
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.352.363	11.275.488	165.576
Títulos Públicos	15.352.363	11.275.488	165.576
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.635.059	3.414.897	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	10.717.304	7.860.591	165.576
Títulos Privados	406.113	464.109	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	406.113	464.109	-
Total	15.758.476	11.739.597	165.576

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$16.390.467 (31/12/2019 - R\$12.514.855).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação para as Cotas de Fundo de Investimento da empresa Banco Hyundai S.A. na sociedade do grupo Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado CRI Crédito do Banco de Fundo da revisão da intenção da Administração relativa a esta aplicação. Referida reclassificação não gera alteração na precificação do ativo.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	50.164.662	8.967.151	50.476.005	9.640.374
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.800.263	3.984.717	1.982.369	1.725.392
Resultado de Títulos de Renda Variável	(57.969)	62.482	(27.381)	5.297
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	87.236	66.601
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(159.678)	26.614	(159.678)	26.614
Outras (3)	(3.173.280)	124.496	(3.156.159)	108.537
Total	50.573.998	13.165.460	49.202.392	11.572.815

(1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$35.300.291 no Banco e no Consolidado (2019 - receita de R\$473.791 no Banco e no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$3.379.505 (2019 - despesa de R\$473.619 no Banco e no Consolidado) e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$171.433 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de R\$144.262 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
	Ajuste ao Valor de Mercado		Ajuste ao Valor de Mercado		Ajuste ao Valor de Mercado		Ajuste ao Valor de Mercado	
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Títulos para Negociação	46.099.410	523.469	-	46.622.879	32.557.896	56.490.486	269.258	-
Títulos Públicos	45.653.023	517.245	-	46.170.268	30.755.634	52.841.961	263.034	-
Títulos Privados	446.387	6.224	-	452.611	1.802.262	3.648.525	6.224	-
Títulos Disponíveis	128.755.989	1.840.984	5.206.390	135.803.363	118.508.274	134.136.751	1.840.984	5.068.522
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	98.894.890	1.800.629	4.657.448	105.352.967	89.526.633	105.734.614	1.800.629	4.519.466
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.861.099	40.355	548.942	30.450.396	28.981.641	28.402.137	40.355	549.056
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.758.476	-	-	15.758.476	11.739.597	15.758.476	-	-
Títulos Públicos	15.352.363	-	-	15.352.363	11.275.488	15.352.363	-	-
Títulos Privados	406.113	-	-	406.113	464.109	406.113	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	190.613.875	2.364.453	5.206.390					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Negociação	30/06/2020		31/12/2019		Banco	
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Justo
Outras (2)	-	-	-	-	-	(87)
Contratos de Futuros	259.465.161	-	432.564.396	-	-	-
Posição Comprada	118.131.232	-	72.332.139	-	-	-
Cupom Cambial (DDI)	15.478.695	-	7.105.006	-	-	-
Taxa de Juros (Dl1 e D1A)	101.504.008	-	55.430.519	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	9.781.856	-	-	-
Índice (3)	1.098.993	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	49.536	-	14.758	-	-	-
Posição Vendida	141.333.929	-	360.232.257	-	-	-
Cupom Cambial (DDI)	44.462.389	-	145.668.039	-	-	-
Taxa de Juros (Dl1 e D1A)	74.084.637	-	196.170.105	-	-	-
Moeda Estrangeira	20.474.263	-	17.208.599	-	-	-
Índice (3)	-	-	290.254	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.312.640	-	895.261	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	136.357.073	1.794.359	446.239	99.514.896	(900.818)	(543.501)
Compromissos de Compra	79.023.024	3.605.118	17.571.923	50.216.458	(269.708)	1.678.454
Moedas	72.497.383	3.605.118	17.541.869	50.215.375	(269.708)	1.677.364
Outros	6.525.641	-	30.054	1.083	-	1.090
Compromissos de Venda	57.334.049	(1.810.759)	(17.125.638)	49.298.439	(631.110)	(2.221.955)
Moedas	54.312.921	(1.810.759)	(17.125.638)	49.294.662	(631.085)	(2.221.955)
Outros	3.021.128	-	(46)	3.776	(25)	-

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva.

Negociação	30/06/2020		31/12/2019		Banco	
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Justo
Swap	292.627.687	(3.697.691)	279.253.821	(1.941.477)	14.625.238	14.625.238
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	46.884.906	5.266.907	4.219.016	40.341.402	209.224	209.224
Taxa de Juros Pré - Reais	67.511.912	4.364.213	9.207.345	45.240.041	1.900.884	6.792.920
Indexados em Índices de Preços e Juros	3.961.645	1.217.284	1.411.806	2.169.578	218.540	301.476
Moeda Estrangeira	174.469.224	2.374.487	1.831.925	191.502.800	581.716	1.299.073
Outros	-	-	-	-	-	-
Passivo	291.389.274	(16.920.582)	279.197.765	(4.851.841)	(16.701.678)	(16.701.678)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	30.507.028	(13.753.555)	24.273.545	(3.025.371)	(94.260)	(94.260)
Taxa de Juros Pré - Reais	46.511.641	(2.927.068)	69.561.856	(990.820)	(13.061.820)	(13.061.820)
Indexados em Índices de Preços e Juros	71.241.806	(3.620)	730.744	125.014.868	(11.658)	(1.681.390)
Moeda Estrangeira	142.010.194	(232.516)	(2.105.497)	59.163.439	(816.100)	(1.685.199)
Outros	1.118.605	(3.823)	(5.106)	1.184.057	(7.892)	(179.009)
Opções	1.289.215.390	(256.110)	1.331.649	1.446.536.131	(713.535)	(633.977)
Compromissos de Compra	614.545.145	1.339.024	4.333.238	678.089.905	641.140	1.065.572
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.823.658	22.864	16.595	171.871	1.318	(280)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.105.448	42.451	(136.539)	1.456.975	391	184.002
Opções de Compra Outras	58.236.830	261.779	931.511	98.154.363	295.668	136.086
Mercado Interfinanceiro	55.146.515	261.779	931.511	98.154.363	295.668	136.177
Outras (2)	3.090.315	-	-	-	-	(91)
Opções de Venda Outras	553.379.209	1.011.930	3.521.671	578.306.695	343.763	745.944
Mercado Interfinanceiro	1.671.056	490	43.915	578.306.695	343.763	746.006
Outras (2)	551.708.153	1.011.440	3.477.756	-	-	(62)
Compromissos de Venda	674.670.245	(1.595.134)	(4.001.589)	768.446.227	(1.354.674)	(1.699.729)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.479.491	(43.089)	(38.538)	254.944	(3.102)	(1.471)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.692.538	(79.726)	(137.866)	263.994	(1.445)	(2.841)
Opções de Compra Outras	74.968.178	(222.951)	(101.728)	174.166.801	(562.827)	(428.393)
Mercado Interfinanceiro	1.731.059	(56.473)	(10.275)	174.166.801	(562.827)	(428.620)
Outras (2)	73.237.119	(166.478)	(91.453)	-	-	227
Opções de Venda Outras	596.530.038	(1.249.368)	(3.723.457)	593.760.488	(787.300)	(1.267.204)
Mercado Interfinanceiro	579.037.069	(1.249.368)	(3.568.949)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)
Outras (2)	17.492.969	-	(154.508)	-	-	(107.987)
Contratos de Futuros	260.108.557	-	432.564.399	-	-	-
Posição Comprada	118.209.428	-	71.603.247	-	-	-
Cupom Cambial (DDI)	15.478.695	-	7.105.006	-	-	-
Taxa de Juros (Dl1 e D1A)	101.582.204	-	54.701.627	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	9.781.856	-	-	-
Índice (3)	1.098.993	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	49.536	-	14.758	-	-	-
Posição Vendida	141.899.229	-	360.961.152	-	-	-
Cupom Cambial (DDI)	44.462.389	-	146.032.485	-	-	-
Taxa de Juros (Dl1 e D1A)	74.238.051	-	196.170.106	-	-	-
Moeda Estrangeira	20.474.263	-	17.305.604	-	-	-
Índice (3)	411.886	-	290.254	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.312.640	-	1.162.703	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	136.357.073	1.794.359	491.584	99.514.896	(900.818)	(471.805)
Compromissos de Compra	79.023.024	3.605.118	17.617.268	50.216.459	(269.708)	1.750.150
Moedas	72.497.383	3.605.118	17.541.868	50.215.376	(269.708)	1.677.365
Outros	6.525.641	-	75.400	1.083	-	72.785
Compromissos de Venda	57.334.049	(1.810.759)	(17.125.638)	49.298.439	(631.110)	(2.221.955)
Moedas	54.312.921	(1.810.759)	(17.125.638)	49.294.662	(631.085)	(2.221.955)
Outros	3.021.128	-	(46)	3.777	(25)	-

Estratégias	30/06/2020		31/12/2019		Banco	
	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de Risco de Mercado	Objeto(1)	Instru-mento(1)	Objeto(1)	Instru-mento(1)	Objeto(1)	Instru-mento(1)
Contratos de Swap	(821.612)	(251.684)	6.182.580	5.981.341	8.309.486	5.668
Hedge de Operações de Crédito	(1.177.432)	(246.101)	168.025	212.574	1.554.496	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	355.820	(5.583)	6.014.555	5.600.361	6.754.990	5.668
Contratos de Futuros	-	-	75.504.986	75.682.850	75.298.558	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
Contratos de Swap	-	-	1.882.123	1.504.805	1.704.156	1.504.805
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	474.589	(5.583)	6.014.555	5.768.767	6.754.990	5.668
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	-	-	244.171	6.432.541	6.819.427	1.704.156
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	-	-	48.156.172	51.067.813	46.536.529	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-

(1) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.534 (31/12/2019 - R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$6.343 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

VI) Informações sobre Derivativos de Crédito
O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps - TRS
São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps - CDS
São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Swap de Créditos	30/06/2020		31/12/2019	
	Total	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses
Total	3.309.320	-	2.435.880	-

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$0 (31/12/2019 - R\$0). O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$12.258 (31/12/2019 - R\$25.257).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

Futuros - Brutos

Por Instrumento: CDS	30/06/2020		31/12/2019	
	Total	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses
Total	3.309.320	-	2.435.880	-

Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento

Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	30/06/2020		31/12/2019	
	Total	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses
Total	3.309.320	-	2.435.880	-

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia
A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30/06/2020		31/12/2019	
	Total	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses
Total	14.868.818	7.090.465	16.675.646	7.878.907

7. Relações Interfinanceiras
O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
a) Carteira de Créditos

Operações de Crédito	30/06/2020		31/12/2019	
	Total	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses
Empréstimos e Títulos Descontados	250.658.414	211.251.830	320.458.574	280.899.334
Financiamentos	149.845.645	116.282.045	165.084.507	130.984.834
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	47.273.415	42.287.183	101.834.713	97.221.898
Financiamentos Imobiliários	12.797.791	12.940.784	12.797.791	12.940.784
Operações de Arrendamento Mercantil	40.741.563	39.741.818	40.741.563	39.741.818
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	8.246.303	6.054.424	8.246.303	6.054.424
Outros Créditos	48.788.075	58.912.075	51.534.453	62.281.242
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	587.998	321.478	587.998	676.110
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido	162.774	97.756	162.774	97.756
Outros Créditos Diversos	48.037.303	58.492.841	50.783.681	61.507.376
Total	307.692.792	276.218.329	382.840.238	352.035.998

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	18.661.967	16.734.154	21.408.092	18.789.123
Constituições Líquidas das Reversões	8.657.383	5.202.029	10.362.601	6.358.594
Baixas	(4.902.837)	(5.734.764)	(6.376.303)	(6.656.614)
Saldo Final	22.416.513	16.201.419	25.394.390	18.491.103
Créditos Recuperados	1.006.916	974.926	1.223.444	1.035.810

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Créditos Renegociados	16.473.227	13.752.395	21.181.969	16.292.323
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(8.918.646)	(7.525.483)	(9.716.811)	(8.283.230)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	54,1%	54,7%	45,9%	50,8%

g) Concentração de Crédito

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾, Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾				
Risco	%	Risco	%	
Maior Devedor	6.510.206	1,4%	4.207.082	0,9%
10 Maiores	34.572.214	7,2%	30.837.795	6,9%
20 Maiores	52.514.244	10,9%	48.360.114	10,9%
50 Maiores	85.171.603	17,7%	78.111.867	17,6%
100 Maiores	114.158.682	23,7%	102.168.739	23,0%

⁽¹⁾ Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

⁽²⁾ Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

⁽³⁾ Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	79.640.551	72.686.870
Câmbio Comprado a Liquidar	64.458.851	51.666.587
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(666.987)	(153.239)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas	162.773	97.756
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	31.380	207.139
Total	143.626.568	124.505.113
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	96.700.504	74.013.458
Obrigações por Compra de Câmbio	49.522.455	50.036.741
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(8.246.303)	(6.054.424)
Outros	161	107
Total	137.976.817	117.995.882
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	655.931	845.095
Créditos de Exportação Confirmados	1.139.977	2.512.489

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	222.569	992.552	1.997.128	2.804.768
Caixas de Registro e Liquidação	195	457	221	712
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	21.355	16.650	247.334	334.757
Bolsas - Depósitos em Garantia	2.341.838	486.995	2.346.254	486.995
Outros ⁽¹⁾	1.369.753	829.212	1.405.548	484.286
Total	3.955.710	2.325.866	5.996.485	4.474.518
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	241.542	1.056.647	1.987.889	2.897.003
Credeiros - Conta Liquidações Pendentes	57.753	4.392	248.303	253.128
Credeiros por Empréstimos de Ações	-	-	373.103	492.209
Caixas de Registro e Liquidação	779	282	37.348	61.191
Comissões e Corretagens a Pagar	2.331	1.966	5.875	3.712
Outros	211	116	212	118
Total	302.616	1.063.403	2.652.730	3.707.361

⁽¹⁾ Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Banco			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição (4)	Realização	Saldo em 30/06/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.047.657	3.827.927	(1.187.606)	16.687.978
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.503.264	314.470	(157.495)	1.660.239
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.541.030	121.579	(17.278)	1.645.331
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.249.941	419.949	(373.988)	2.296.392
Agio	-	25.124	-	25.124
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	2.092.265	573.442	(302.984)	2.362.723
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	76.976	153.463	-	230.439
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.882.812	137.851	(724.854)	1.295.809
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	436.935	398.446	(443.907)	391.474
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.881.291	-	(109.412)	3.771.879
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	27.712.171	5.972.251	(3.317.034)	30.367.388
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-	11.741.941	-	11.741.941
Contribuição Social - MP 2.158/2001	362.240	-	(187.082)	175.158
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	28.074.411	17.714.192	(3.504.116)	42.284.487

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição (4)	Realização	Saldo em 30/06/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.961.619	4.497.146	(1.604.016)	18.854.749
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.617.815	371.417	(213.011)	1.776.221
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.367.353	147.869	(37.941)	2.477.281
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.388.470	436.581	(395.691)	2.429.360
Agio	-	25.124	-	25.124
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	2.095.470	589.177	(302.984)	2.381.663
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	153.977	179.477	-	331.006
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.897.061	139.382	(728.057)	1.308.386
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	496.819	439.888	(502.392)	434.315
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	4.155.209	107.892	(201.783)	4.061.318
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	31.133.793	6.933.953	(3.988.323)	34.079.423
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	408.338	11.772.381	(70.259)	12.110.460
Contribuição Social - MP 2.158/2001	362.240	-	(187.082)	175.158
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	31.904.371	18.706.334	(4.245.664)	46.365.041

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

⁽²⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sob os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

⁽³⁾ Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

⁽⁴⁾ Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme emenda Constitucional nº103/19.

Em 30 de junho de 2020, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$5.759 (31/12/2019 - R\$209.771) no Consolidado, com expectativa de realização acima de 10 anos.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Banco				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Registrados	Total	Total
2020	2.562.441	2.066.683	57.051	2.396.574	-	7.082.749	-	7.082.749
2021	5.060.273	4.077.777	114.102	1.085.582	175.158	10.512.892	-	10.512.892
2022	4.713.905	3.793.014	114.102	873.434	-	9.494.455	-	9.494.455
2023	2.440.625	1.963.446	57.051	2.151.637	-	6.612.759	-	6.612.759
2024	1.137.794	852.814	-	2.648.947	-	4.639.555	-	4.639.555
2025 a 2027	401.002	320.802	-	2.585.767	-	3.307.571	-	3.307.571
2028 a 2029	340.759	293.747	-	-	-	634.506	-	634.506
Total	16.656.799	13.368.283	342.306	11.741.941	175.158	42.284.487	42.284.487	42.284.487

Ano	Banco				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Registrados	Total	Total
2020	2.888.758	2.270.170	58.780	2.453.867	-	7.671.575	-	7.671.575
2021	5.662.987	4.448.957	117.560	1.158.848	175.158	11.563.510	-	11.563.510
2022	5.242.702	4.117.265	117.560	921.938	-	10.399.465	-	10.399.465
2023	2.748.214	2.152.106	58.848	2.195.011	-	7.154.179	-	7.154.179
2024	1.649.209	1.134.868	136	2.657.637	-	5.441.850	-	5.441.850
2025 a 2027	414.393	326.635	406	2.663.089	-	3.404.523	-	3.404.523
2028 a 2029	362.407	307.123	339	60.070	-	729.939	-	729.939
Total	18.968.670	14.757.124	353.629	12.110.460	175.158	46.365.041	46.365.041	46.365.041

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.720 e a Circular BACEN 3.959, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$40.990.149 (31/12/2019 - R\$25.724.592) no Banco e R\$44.934.372 (31/12/2019 - R\$29.133.062) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivos Tributários Diferidos	5.786.720	5.444.706	6.431.209	6.013.811
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	834.655	460.654
Impostos e Contribuições a Pagar	567.687	1.069.765	887.669	1.817.392
Total	6.354.407	6.514.471	8.153.533	8.291.857

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Banco		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.573.996	835.356	-	2.409.352
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	3.737.329	-	(482.236)	3.255.093
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.441	-	(9)	5.432
Outros	127.940	14.190	(25.287)	116.843
Total	5.444.706	849.546	(507.532)	5.786.720

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Banco				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Registrados	Total	Total	Total	Total
2020	477.359	381.154	92.308	950.821	-	950.821	-	950.821
2021	954.719	762.308	184.617	1.901.644	-	1.901.644	-	1.901.644
2022	954.719	762.308	184.617	1.901.644	-	1.901.644	-	1.901.644
2023	480.610	383.745	92.308	956.663	-	956.663	-	956.663
2024	6.501	5.183	-	11.684	-	11.684	-	11.684
2025 a 2027	19.505	15.548	-	35.053	-	35.053	-	35.053
2028 a 2029								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Imobilizado de Uso

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.461.079	(825.641)	1.635.438	1.673.270
Terenos	646.980	-	646.980	651.442
Edificações	1.814.099	(825.641)	988.458	1.021.828
Outras Imobilizações de Uso	12.228.097	(7.725.746)	4.502.350	4.540.898
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.602.670	(2.619.956)	1.982.714	1.983.667
Sistemas de Processamento de Dados	2.235.092	(1.375.829)	859.263	644.890
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	4.213.033	(2.841.926)	1.371.107	1.472.669
Sistemas de Segurança e Comunicações	843.435	(641.749)	201.686	222.998
Outras	333.866	(246.285)	87.581	216.674
Total	14.689.176	(8.551.388)	6.137.788	6.214.168

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.765.241	(873.880)	1.891.361	1.924.457
Terenos	722.299	-	722.299	718.846
Edificações	2.042.942	(873.880)	1.169.062	1.205.611
Outras Imobilizações de Uso	13.900.083	(8.753.968)	5.146.115	5.256.631
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.712.974	(2.646.779)	2.066.195	2.057.422
Sistemas de Processamento de Dados	2.500.004	(1.490.023)	1.009.981	766.320
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	4.287.497	(2.899.381)	1.388.116	1.492.137
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.036.518	(1.461.281)	575.237	694.409
Outras	363.090	(256.504)	106.586	246.343
Total	16.665.324	(9.627.848)	7.037.476	7.181.088

16. Intangível

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.481.816	(26.231.685)	250.130	274.745
Outros Ativos Intangíveis	9.201.418	(5.115.925)	4.085.493	3.777.511
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciários	5.197.447	(3.264.408)	1.933.039	1.851.076
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.426.001	(1.624.039)	1.801.962	1.926.342
Outros	577.970	(227.478)	350.492	93
Total	35.683.234	(31.347.610)	4.335.623	4.052.256

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	29.489.764	(27.492.074)	1.997.691	1.611.812
Outros Ativos Intangíveis	9.901.248	(5.569.253)	4.331.996	4.100.986
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciários	5.806.527	(3.647.100)	2.159.427	2.118.798
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.426.001	(1.624.039)	1.801.962	1.926.342
Outros	668.720	(298.113)	370.607	55.846
Total	39.391.012	(33.061.326)	6.329.686	5.712.798

(1) Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, não houve impairment.

Em janeiro de 2020, o Banco Santander adquiriu a participação remanescente sobre o Banco Olé Consignado, no valor de R\$1.608 milhões, gerando um ágio de R\$982 milhões. Em junho de 2020, foi concluído o PPA de alocação do ágio, no qual foram identificados dois ativos intangíveis, no valor total de R\$371 milhões.

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	30/06/2020		31/12/2019	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Depósitos	95.481.774	72.305.793	110.767.571	82.702.988
Depósitos à Vista	39.646.518	-	-	-
Depósitos de Poupança	55.755.637	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	3.463.253	2.819.202	203.091
Depósitos a Prazo (1)	79.617	68.842.540	107.948.369	82.499.897
Outros Depósitos	2	-	-	-
Depósitos no Mercado Aberto	99.578.985	8.883.593	22.424.799	130.887.378
Carteira Própria	-	82.291.445	4.481.671	271.173
Títulos Públicos	-	71.977.831	4.471.225	271.173
Títulos de Emissão Própria	-	9.526	-	9.526
Outros	-	10.304.088	10.446	-
Carteira de Terceiros	-	15.287.542	-	-
Carteira de Livre Movimentação	-	-	4.401.922	22.153.626
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.799.404	36.784.943	49.982.008	99.566.355
Recursos de Aceites Cambiais	-	-	100.194	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	9.648.441	23.393.143	29.741.048
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.569.422	8.085.326	16.353.666
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.447.054	7.107.217	5.868.496
Letras Financeiras - LF (3)	-	4.631.965	8.200.600	6.136.460
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)(5)	-	-	-	1.382.426
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.978.178	11.899.728	19.209.416
Certificados de Operações Estruturadas	-	1.172.785	1.391.878	1.031.544
Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.075.440	38.304.353	9.122.667	68.502.060
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	19.296.706	35.877.731	1.260.306
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	11.682.720	23.387.440	657.313
Outras Linhas de Crédito	-	7.613.986	12.490.291	602.993
Obrigações por Repasses do País	-	1.778.734	2.426.622	7.861.961
Total	95.481.774	205.759.623	194.740.460	164.232.062

	30/06/2020		31/12/2019	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Depósitos	95.331.935	71.533.757	108.552.506	82.643.110
Depósitos à Vista	39.496.679	-	-	-
Depósitos de Poupança	55.755.637	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	2.646.509	2.672.873	624.018
Depósitos a Prazo (1)	79.617	68.887.248	105.879.633	82.019.092
Outros Depósitos	2	-	-	-
Depósitos no Mercado Aberto	98.321.829	8.883.593	22.424.799	123.940.990
Carteira Própria	-	73.324.287	4.481.671	271.173
Títulos Públicos	-	68.010.673	4.471.224	271.173
Títulos de Emissão Própria	-	9.526	-	9.526
Outros	-	10.304.088	10.446	-
Carteira de Terceiros	-	15.287.542	-	-
Carteira de Livre Movimentação	-	-	4.401.922	22.153.626
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.827.643	28.433.337	40.569.621	81.830.601
Recursos de Aceites Cambiais	-	29.848	318.294	748.542
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	9.648.441	24.043.546	32.564.158
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.569.422	8.085.326	16.353.666
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.447.054	7.107.217	5.868.496
Letras Financeiras - LF (3)	-	4.803.790	8.851.003	6.959.570
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	-	1.382.426
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.976.933	26.679.616	6.225.377
Certificados de Operações Estruturadas	-	1.172.785	1.391.878	1.031.544
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.007.794	38.318.313	9.153.994	65.480.101
Obrigações por Empréstimos no País	-	8.454	13.960	31.727
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	16.220.606	35.877.731	1.260.306
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	11.682.720	23.387.440	657.313
Outras Linhas de Crédito	-	4.537.886	12.490.291	602.993
Obrigações por Repasses do País	-	1.778.734	2.426.622	7.861.961
Total	95.331.935	195.981.023	184.187.749	154.791.524

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2026.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo máximo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2025.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2023 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).

(5) Captação feita no âmbito da linha Compulsória Especial de Liquidez nos termos da Resolução 4.795/20.

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco		Consolidado	
					30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	9.818	929.042	9.818	929.042
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%	17.113	63.181	17.113	63.181
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	903.468	664.996	903.468	664.996
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	37.476	-	37.476
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	-	35.438	-	35.438
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.711.977	1.260.099	1.711.977	1.260.099
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.946.507	1.427.601	1.946.507	1.427.601
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	3.104.663	7.563.963	3.104.663	7.563.963
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	25.374.910	7.424.010	3.169.517	7.424.010
Outros	-	-	-	-	18.866	13.707	18.866	13.707
Total					33.087.322	19.419.513	10.881.929	8.715.382

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2024 (31/12/2019 - até o ano de 2023) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,2% a.a. a 6,3% a.a. (31/12/2019 - de 0,28% a.a. a 3,8% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Depósitos a Prazo (1) (2)	8.844.469	4.208.020	9.299.917	4.230.789
Depósitos de Poupança	794.664	1.056.399	794.664	1.056.399
Depósitos Interfinanceiros	100.920	258.159	125.175	105.572
Captação no Mercado Aberto	4.278.896	5.557.542	4.212.865	5.401.585
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	66.603	62.696
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	26.265.641	2.395.139	26.332.948	2.514.875
Outras (3)	334.545	649.397	361.686	678.861
Total	40.619.135	14.124.656	41.193.858	14.050.577

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$435.486 (2019 - R\$3318.568), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$1.839.403 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de variação cambial no valor de R\$543.210 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 2019 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$151.561 no Banco e no Consolidado.

18. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

	Banco/Consolidado		30/06/2020		31/12/2019	
	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital						
Nível I (2)	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US\$1.250	7,25%	6.916.683	5.092.153
Nível II (2)	novembro/18	novembro/28	US\$1.250	6,13%	6.905.559	5.083.808
Total					13.822.242	10.175.961

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2020.

(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notas possuem as seguintes características comuns:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos. A homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$27.316 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:
INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$5.575 milhões.
Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$3.496 milhões.
Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.801 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.432 milhões.
Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$612 milhões.
Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.066 milhões.
Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$642 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionada ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo com ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$402 milhões.
 As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$134 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:
Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesp pelo IGPM - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPM para aposentados do Banesp que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesp recorreram dessa decisão e os Recursos ainda estão pendentes de julgamento. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesp em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação. Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.055 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:
Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.
Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

J) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores
 Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$102.977, R\$213 e R\$639 (31/12/2019 - R\$102.481, R\$213 e R\$578) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
 De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Milhares de Ações					
30/06/2020			31/12/2019		
Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
112.276	137.995	250.271	90.069	115.785	205.854
3.706.419	3.541.841	7.248.260	3.728.626	3.564.051	7.292.677
3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(18.871)	(18.871)	(37.742)	(16.702)	(16.702)	(33.404)
3.799.824	3.660.965	7.460.789	3.801.993	3.663.134	7.465.127

De Domiciliados no País
 De Domiciliados no Exterior
Total
 (-) Ações em Tesouraria
Total em Circulação
3.799.824 **3.660.965** **7.460.789** **3.801.993** **3.663.134** **7.465.127**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
 Esclarecemos, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem ordem, em caso de dissolução do Banco.
 Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.
 Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.
 A Resolução CMN N° 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
 A seguir distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Em milhares de Reais	30/06/2020					
	Reais por Milhares de Ações/Units		Bruto		Líquido	
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾⁽²⁾	890.000	-	238.7972	96.6560	106.3216	202.9776
Total						890.000

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
 (2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

Em milhares de Reais	31/12/2019					
	Reais por Milhares de Ações/Units		Bruto		Líquido	
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾⁽²⁾	1.000.000	127.5853	267.9291	108.4475	119.2922	227.7397
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁴⁾	1.000.000	127.6399	268.0438	108.4939	119.3433	227.8372
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	1.000.000	127.6610	268.0881	108.5119	119.3631	227.8750
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾⁽⁸⁾	1.010.000	128.9673	270.8314	109.6222	120.5844	230.2066
Dividendos Intercalares ⁽⁹⁾⁽⁸⁾	6.790.000	867.0180	1.820.7377	-	-	-
Total	10.800.000					

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
 (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
 (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
 (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
 (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
 (6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas
 O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:
Reserva Legal
 De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
Reservas de Capital
 As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.
Reserva para Equalização de Dividendos
 Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.
d) Ações em Tesouraria
 Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.
 O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2019, o Banco Santander possuía 15.843.587 ações ordinárias e 15.843.587 ações preferenciais em circulação.
 A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 4 de novembro de 2020.

Banco/Consolidado	Em Milhares de Ações	
	30/06/2020	31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
Units	Units	Units
16.702	13.317	
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(2.883)	(3.080)
16.702	16.702	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$790.737	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$792.508	R\$681.135
Units	Units	Units
Custo Mínimo ⁽¹⁾	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado ⁽²⁾	R\$32,23	R\$32,10
Custo Máximo ⁽³⁾	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$25,50	R\$42,60

(1) Considerando desde o início das operações em bolsa.
 (2) Considerando desde o início das operações em bolsa.
 (3) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 2.b)	802.884	790.340	(60.078)	(56.175)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	156.817	148.589	(8.229)	1.173
Banco PSA (Nota 2.b)	136.434	131.222	(5.212)	(7.717)
Rojó Entretenimento Brasil S.A.	7.210	7.245	35	(64)
Santander Leasing (Nota 2.b)	-	447	444	-
Olé Consignado (Nota 2.b)	-	617.518	-	(100.304)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos ⁽¹⁾	-	-	-	(6.951)
Getnet S.A. (Nota 2.c)	-	-	-	(3.962)
FI Diretos Creditórios RCI Brasil ⁽¹⁾	-	-	-	(4.117)
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Nota 2.c)	-	-	-	(1.061)
Total	1.103.345	1.695.361	(73.040)	(179.178)

(1) Fundos de investimentos encerrados durante o exercício de 2019.

22. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
 A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000.000 (quatrocentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2020.

a.1) Benefícios de Longo Prazo
 O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente à outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas (Nota 30.b).

a.2) Benefícios de Curto Prazo
 A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no semestre findo em 30 de junho de 2020 e 2019, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Remuneração Fixa	45.633	45.678
Remuneração variável - Em espécie	60.187	51.558
Remuneração variável - Em ações	48.574	58.876
Outras	23.160	19.933
Total Benefícios de Curto Prazo	177.554	176.047
Remuneração variável - Em espécie	77.983	67.569
Remuneração variável - Em ações	56.145	76.875
Total Benefícios de Longo Prazo	134.128	144.444
Total	311.682	320.491

(1) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$15.037 (2019 - R\$35.128).

b) Rescisão do Contrato
 A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito
 O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária
 A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Em Milhares de Ações					
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.725	0,1%	2.734	0,1%	5.459	0,1%
Administradores ⁽¹⁾	5.020	0,1%	5.020	0,1%	10.040	0,1%
Outros	352.859	9,2%	380.654	10,3%	733.513	9,8%
Total em Circulação	3.799.824	99,5%	3.660.965	99,5%	7.460.789	99,5%
Ações em Tesouraria	18.871	0,5%	18.871	0,5%	37.742	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	355.583	9,3%	383.387	10,4%	738.970	9,9%

Acionistas	Em Milhares de Ações					
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores ⁽¹⁾	4.525	0,1%	4.525	0,1%	9.050	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.134	99,6%	7.465.127	99,6%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	33.404	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
 (2) Composto por Funcionários e Outros.
 (3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco				Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 30/06/2019
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(99.858)	(1.959)	(89.074)	(2.479)	(99.858)	(1.959)	(89.074)	(2.479)
Pessoal Chave da Administração	(99.858)	(1.959)	(89.074)	(2.479)	(99.858)	(1.959)	(89.074)	(2.479)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(8.553.557)	(1.383)	(2.581.530)	-	(5.477.457)	(1.383)	-	(59.227)
Banco Santander Rio S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(59.227)
Banco Santander Espanha (2)	(5.477.457)	(1.383)	-	-	(5.477.457)	(1.383)	-	-
Santander Brasil EFC (3)	(3.076.100)	-	(2.581.530)	-	-	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(10.140)	(6.886.828)	-	(10.140)	(6.886.828)	-	-
Banco Santander Espanha (2)	-	-	(1.067.623)	-	-	(1.067.623)	-	-
Sterrebeek B.V. (2)	-	-	(3.629.772)	-	-	(3.629.772)	-	-
GES (2)(4)	-	-	(2.177.207)	-	-	(2.177.207)	-	-
Banco Madasant(4)	-	-	(1.948)	-	-	(1.948)	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	(10.140)	(10.278)	-	(10,140)	(10,278)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(364.005)	(1.100.174)	(127.148)	(363.827)	(258.343)	(771.170)	(28.349)	(127.679)
Banco Santander Espanha (2)(4)	(4.353)	(216.586)	(46)	(161.815)	-	-	-	-
Banco Santander Espanha	(112.146)	(611.455)	-	(978)	(112.167)	(611.455)	(21)	(977)
Santander Corretora de Seguros (3)	(8.040)	(91.769)	(12.127)	(61.381)	-	-	-	-
Getnet S.A. (3)	(12.786)	(11.280)	(12.886)	(15.282)	-	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A.	(8.249)	(22.963)	-	(23.941)	(8.249)	(22.963)	(5.066)	(23.941)
Santander Leasing(5)	(79.374)	-	(79.387)	-	-	-	-	-
Santander Brasil Asset Management	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuidora de Títulos e Valores	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobilizáveis S.A. (Santander Brasil Asset) (4)	(14.406)	-	-	(14.406)	(259)	(14.406)	(913)	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(123.390)	(119.503)	(8.240)	(81.448)	(123.390)	(119.892)	(8.240)	(82.084)
Diversos	(1.261)	(26.618)	(14.462)	(18.983)	(1.310)	(16.601)	(616)	(19.764)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.822.242)	(4.305.699)	(10.175.961)	(389.049)	(13.822.242)	(4.305.699)	(10.175.961)	(389.049)
Banco Santander Espanha (2)(4)	(13.822.242)	(4.305.699)	(10.175.961)	(389.049)	(13.822.242)	(4.305.699)	(10.175.961)	(389.049)
Despesas com Doações	-	(8.300)	-	(8.150)	-	(9.130)	-	(9.595)
Santander Cultural	-	-	-	-	-	-	-	(775)
Fundação Sudameris	-	-	-	(8.150)	-	(8.300)	-	(8.150)
Fundação Santander	-	-	-	-	-	-	-	(670)
Outras Obrigações - Diversas	(4.111.918)	(923.378)	(3.926.496)	(773.113)	(499.473)	(535.877)	(379.980)	(176.659)
Banco Santander Espanha(2)	(52.777)	(1.837)	(4.007)	(4.007)	(54.141)	(1.943)	(1.277)	(4.007)
TecBan (3)	-	(186.316)	-	(166.842)	-	(186.316)	-	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (3)	-	(110.980)	-	(128.414)	-	-	-	-
Aquanima Brasil Ltda.(4)	-	(14.608)	-	(13.825)	-	(14.697)	-	(13.838)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A.	-	-	(2.020)	-	-	(2.020)	-	(1.698)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.(3)	-	-	-	-	(20.439)	(12.201)	(21.219)	(11.498)
Getnet S.A. (3)	(3.644.474)	(318.356)	(3.573.943)	(330.603)	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	(414.667)	(279.987)	(352.553)	(125.567)	(423.178)	(311.682)	(357.249)	(144.732)
Diversos	-	(9.274)	-	(2.357)	(1.715)	(7.018)	(235)	(886)
Garantias e Limites (9)	8.306	27	5.010	8.306	27	5.010	-	-
Pessoal Chave da Administração (9)	8.306	27	5.010	8.306	27	5.010	-	-

(1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 1 de julho de 2020 e juros de até 0,07% a.a. (31/12/2019 - com vencimento em 2 de janeiro de 2020 e juros de até 1,53% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 30.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(4) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros

(6) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2018.

(7) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

(8) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(9) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendimentos de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Administração de Recursos	293.212	346.878	478.262	516.439
Serviços de Conta Corrente	1.883.449	1.841.586	1.886.283	1.860.682
Operações de Crédito e Rendimentos de Garantias Prestadas	512.040	485.154	670.355	665.565
Operações de Crédito	216.868	210.489	375.183	390.900
Rendimentos de Garantias Prestadas	295.172	274.665	295.172	274.665
Comissões de Seguros	1.074.644	1.204.946	1.464.206	1.514.185
Cartões (Arrecadação e Serviços Adquirente)	1.742.809	2.080.008	2.562.007	3.086.364
Cobrança e Crédito Débitos	715.773	717.643	717.643	752.596
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	335.219	383.149	477.462	477.403
Outras	100.147	118.596	328.127	278.416
Total	6.657.293	7.211.195	8.584.345	9.151.650

24. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Remuneração	1.826.713	1.912.978	2.066.652	2.159.757
Encargos	658.311	678.171	775.393	793.190
Benefícios	631.309	664.550	724.363	750.843
Treinamento	23.188	25.574	25.442	28.084
Outras	2.828	4.471	29.776	5.569
Total	3.142.349	3.285.744	3.621.626	3.737.443

25. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Depreciações e Amortizações	1.257.520	1.078.880	1.512.014	1.351.054
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	883.218	920.319	1.171.919	1.161.527
Comunicações	183.084	194.991	194.710	207.100
Processamento de Dados	1.318.879	1.180.580	1.321.438	1.194.657
Propaganda, Promoções e Publicidade	211.203	205.397	275.672	299.385
Aluguéis	395.265	379.251	404.137	393.495
Transportes e Viagens	45.976	72.323	58.553	91.862
Serviços do Sistema Financeiro	129.434	114.040	168.513	144.806
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	291.742	309.572	292.274	311.110
Manutenção e Conservação de Bens	131.340	110.891	147.124	118.901
Água, Energia e Gás	99.268	109.147	101.372	111.923
Material	40.203	20.668	45.117	22.583
Outras	292.721	246.463	440.639	409.648
Total	5.279.853	4.942.522	6.133.482	5.818.051

26. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receita Líquida de Rendimentos de Previdência e de Capitalização	-	-	247.674	260.053
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 20.c)	12.478	-	20.283	-
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	-	25.482	-	25.482
Atualização de Depósitos Judiciais	194.100	287.940	222.440	330.032
Atualização de Impostos a Compensar	104.250	34.525	121.134	52.685
Recuperação de Encargos e Despesas	601.061	389.289	474.281	260.286
Varição Monetária Ativa	-	26.311	3	26.812
Outras	1.421.342	461.435	2.093.158	670.647
Total	2.333.231	1.224.982	3.178.973	1.625.997

27. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Provisões Operacionais	-	15.878	-	933
Fiscais (Nota 20.c)	-	-	-	307.277
Trabalhistas (Nota 20.c)	513.953	264.252	534.785	160.783
Cíveis (Nota 20.c)	192.461	92.356	274.091	160.783
Despesas com Cartão de Crédito	1.753.724	2.145.895	1.421.928	1.706.974
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	138.385	123.451	139.468	109.097
Despesas Judiciais e Custas	41.900	80.043	44.883	96.314
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	25.085	33.118	26.254	33.983
Corretagens e Emolumentos	40.850	48.512	40.897	48.802
Comissões	301.632	242.676	928.968	853.169
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	-	-	22.140	-
Outras (1)	2.423.846	1.195.542	3.410.133	1.946.562
Total	5.453.976	4.241.723	6.843.547	5.263.694

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2020 e 2019, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado na alienação de Investimentos	168.588	-	168.588	4.369
Resultado na Alienação de Valores e Bens	30.607	6.573	21.150	1.111
Reversão (Constituição) de Provisão para	-	-	-	-
Perdas em Outros Valores e Bens	10.660	(1.714)	20.408	(119.930)
Despesas com Bens não de Uso	(24.106)	(28.462)	(24.199)	(28.725)
Ganhos (Perdas) de Capital	(739)	971	(2.977)	535
Outras Receitas Líquidas	45.820	37.228	53.613	31.258
Total	230.830	14.596	236.583	(111.382)

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

i) Banesprev

Plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposent

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 30 de junho de 2020 e 2019, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	92,9%	92,9%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	6,8%	6,8%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	7,46% ⁽¹⁾	7,05% ⁽²⁾	7,78% ⁽²⁾	7,1%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

⁽¹⁾ Banesprev II, V e Prê 75;
⁽²⁾ Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 30 de junho de 2020 e 2019, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(31.672)	(440.072)	(29.066)	(307.980)
(-)0,5%	35.572	494.257	32.403	343.340
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(51.720)	(718.632)	(45.937)	(486.742)
Aplicada (-) 2 anos	56.687	687.636	49.355	522.958
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	38.388	533.380	35.949	380.906
(-)0,5%	(35.060)	(487.146)	(32.100)	(340.122)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programas Local e Global

Abaixo estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High ⁽¹⁾	Dinheiro	Abril/2017 a Dez/19	Em Março/20 e Março/21
Local	ILP Tecnologia	Ações Banco Santander Brasil	Jul/19 a Jun/22	Em Julho/2022
Local	ILP PI Investimentos	Ações Banco Santander Brasil	Jan/19 a Dez/21	Em Março/2022 e Março/2023
Local	ILP Ben'	Ações Banco Santander Brasil	Jan/19 a Dez/21	Em Março/2022 e Março/2023
		Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2019 a 2022	De Março/2023 a Março/2030

⁽¹⁾ Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.

⁽²⁾ Sujeito à consecução do indicador de performance RTA do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais.

⁽³⁾ O Plano não causa diluição do capital social do Banco, uma vez que é pago em ações do Santander Espanha. O tipo de liquidação do programa global, outorga 2015 foi alterado em março de 2019, de ações do Grupo Santander Global, para dinheiro.

f.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes**i. Private Ultra High**

Cada participante teve um valor referência definido em Reais, caso os indicadores fossem atingidos, o percentual de atinge seria aplicado sobre o valor de referência, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em março de 2021 e a segunda em março de 2021.

Finalizado o período de acompanhamento do parâmetro de performance em dezembro de 2019, o plano foi extinto sem pagamento da remuneração pretendida.

ii. ILP Tecnologia

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Julho/2019 onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Cada executivo teve um valor de referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Santander Brasil (SANB11) pela cotação de R\$44,66, que serão entregues em julho de 2022, com restrição de 1 ano.

O pagamento está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

	Quantidade de Ações		Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
	2018	2019				
ILP Tecnologia	123.158	123.158	2019	Executivos	jul/2019	jun/2022

Em 2020, não houve ações entregues ou canceladas no plano.

iii. ILP PI Investimentos

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021. O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores 2020

	Indicadores 2021
Cientes Ativos - clientes com saldo médio mensal	Cientes Ativos - clientes com saldo médio mensal
Carteira (AUM) - volume distribuído inclusive saldo em conta	Carteira (AUM) - volume distribuído inclusive saldo em conta
Receita 2021	Receita 2021
	BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto)

Em maio 2020, ocorreu o cancelamento e reversão da provisão registrada referente ao ILP PI Investimentos, em função da impossibilidade de cumprimento da meta de desempenho do plano. O valor da despesa com a provisão referente a este plano registrada até 05/2020 era de R\$4,851.

iv. ILP Ben'

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021. O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores

	Quantidade de Clientes PJ	Quantidade de Clientes PF
Quantidade de Estabelecimentos Credenciados		Faturamento
BAI		

Trata-se de plano de incentivo para impulsionar a transformação digital do Santander, lançado em setembro de 2019, em que o participante deverá permanecer com vínculo empregatício até o pagamento.

Os executivos elegíveis tiveram um target definido em Reais e o pagamento será apurado com base na aferição dos indicadores de performance em dois momentos: primeiro período para medição do cumprimento dos objetivos chave (2019) e segundo período para apuração do valor do pagamento (2020, 2021 e 2022).

Se atingido os objetivos do plano, o pagamento será realizado em março de 2023 em dinheiro.

O ILP DTA será medido com base na performance das seguintes iniciativas globais:

- Plataforma Global Trade Service (GTS)
- Plataforma Global Merchant Services (GMS)
- OpenBank (OB)
- SuperDigital (SD)
- Objetivos Adicionais
- Ativos Digitais
- Centros de Excelência Digital

f.1.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Plano	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High	-	(6.106)	-	(6.765)
ILP Tecnologia	-	-	-	-
ILP PI Investimentos	-	-	-	-
ILP Ben'	-	-	-	-
ILP DTA	-	-	-	-

f.1.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	-	-	-
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	-	-	-

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade**a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, dissemina a Cultura Risk Pro, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Appetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Appetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva de crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador imposto pela pandemia do COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados com muita cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, mantendo sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota B.e.).

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc.), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao modelo de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e I SarbanesOxley - SOX (Security Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativas, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consórcio políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que passam por análise ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outros políticos do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidas na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" em "Governança Corporativa" e "Gerenciamento de Riscos" na página <https://www.r.i.santander.com.br/>

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base Abril 2020, a exigência de PR permanece em 10,25%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,0% de Adicional Sistemático. O PR Nível I atinge 9,5% e o Capital Principal Mínimo 8,0%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Nível I	72.898.218	66.481.661
Capital Principal	65.981.536	61.389.509
Capital Complementar (Nota 24)	6.916.682	5.092.153
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 24)	6.905.559	5.083.805
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	79.803.777	71.565.469
Risco de Crédito ⁽¹⁾	483.295.157	407.786.238
Risco de Mercado ⁽²⁾	20.207.922	20.235.208
Risco Operacional	50.120.651	47.965.481
Total de RWA ⁽³⁾	553.623.730	475.986.927
Índice de Basileia Nível I	13,17	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	11,92	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,41	15,04

⁽¹⁾ As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseadas nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

⁽²⁾ Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3) e taxa de juros (RWAJur1/RWAJur4), do preço de mercadorias commodities (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAAs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcamb).

⁽³⁾ Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As informações financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os investimentos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma de regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges.

Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking. O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2020.

Carteira Negociação

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Consolidado
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(16.208)	(178.633)	(357.266)	
Cupom de Taxa de Juros</					

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Álvaro Antônio Cardoso de Souza - Presidente Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)		Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente) Jose Antonio Alvarez Alvarez - Conselheiro José de Paiva Ferreira - Conselheiro		José Maria Nus Badia - Conselheiro Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente) Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente) *
Deborah Stern Vieitas - Coordenadora		Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado	Maria Elena Cardoso Figueira - Membro	René Luiz Grande - Membro *
COMITÊ DE AUDITORIA				
Pedro Augusto de Melo - Coordenador *		Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Membro	José de Paiva Ferreira - Membro	Virginie Genés-Petronilho - Membro
COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE				
Marília Artimonte Rocca - Coordenadora		Carlos Aguiar Lira - Membro	Carlos Rey de Vicente - Membro	Mario Roberto Opice Leão - Membro Tarcila Reis Corrêa Ursini - Membro
COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE				
Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Coordenador		Deborah Patricia Wright - Membro		Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO				
Deborah Patricia Wright - Coordenadora		Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Membro Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro		
CONSELHO FISCAL **				
João Guilherme de Andrade So Consiglio - Membro efetivo (Presidente) Antonio Melchades Baldisera - Membro efetivo		Louise Barsi - Membro efetivo Manoel Marcos Madureira - Membro suplente		Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

*Posse pendente de homologação do BACEN.

**O Conselho Fiscal foi instalado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2020, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 10 de julho de 2020, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

DIRETORIA EXECUTIVA				
DIRETOR PRESIDENTE				
Sérgio Agapito Lires Rial				
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES				
Angel Santodomingo Martell				
DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS				
Alberto Monteiro de Queiroz Netto Alessandro Tomaz	Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Rey de Vicente	Edé Ilson Viani Jean Pierre Dupui	Juan Sebastian Moreno Blanco Mário Roberto Opice Leão	Patricia Souto Audi Vanessa de Souza Lobato Barbosa
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA				
Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Vitali James Vescovi André de Carvalho Novaes Carlos Aguiar Neto Cassio Schmitt Claudence Lopes Duarte Daniel Fantoni Assa Elita Vechin Pastorelo Ariaz	Franco Luigi Fasoli Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto Germanuela de Almeida de Abreu Gustavo Alejo Viviani Igor Mario Puga Jean Paulo Kambourakis José Teixeira de Vasconcelos Neto Luís Guilherme Mattos de Olimem Bittencourt	Luiz Masação Ribeiro Filho Marcelo Augusto Dutra Labuto Marino Alexandre Calheiros Aguiar Rafael Bello Noya Ramón Sanchez Díez Ramon Sanchez Santiago Reginaldo Antonio Ribeiro Roberto Alexandre Borges Fischetti	Robson de Souza Rezende Sandro Kohler Marcondes Sandro Rogério da Silva Gamba Thomas Gregor Ilg Vitor Ohtsuki	

CONTADOR

Leonardo Santicoli - CRC Nº 1SP 265213/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas,

os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o período encerrado em 30 de junho de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido,

demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidelidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por três membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê de Auditoria também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões regulares com representantes do Banco Central do Brasil e, com outros reguladores, sempre que solicitado. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a Coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo trimestre de 2020. No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BRGAAP e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado do segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2020 do Santander e do Conglomerado Prudencial em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das Reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de Compliance e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraude. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998, 4.557/2017 e 4.658/2018, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo trimestre de 2020, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões

PARCEIR DO CONSELHO FISCAL

São Paulo, 28 de julho de 2020.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira

São Paulo, 28 de julho de 2020.

CONSELHO FISCAL

João Guilherme de Andrade So Consiglio - Presidente
Antonio Melchades Baldisera
Louise Barsi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquelas do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i), 8 e 31(h))

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisões.

A Administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19. Adicionalmente, a Administração avaliou o impacto da Covid-19 no processo de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdidas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, nos como listados a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Realizamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração e divulgação do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos.

Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado.

Realizamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nas elaborações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua sustentabilidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de duração, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forcemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2020